Raphael Saydi Macedo Mussi

RESPOSTA A DESASTRES

INSTRUMENTOS DE COMPENSAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL PÓS-DESASTRES HIDROMETEOROLÓGICOS

RONCARATI
EDITORA

SUMÁRIO

PREFÁCIO, por *Flávio Garcia Cabral* 9

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 19

1. A realidade mundial dos eventos adversos 29
2. Os desastres e seus ciclos assistenciais ex ante e ex post 35
3. A Política Pública Nacional de Proteção e Defesa Civil como resposta aos riscos de eventos hidrometeorológicos no Brasil 42
   3.1. As iniciativas internacionais 54
   3.2. O marco jurídico e seu desenvolvimento no Brasil da política de defesa e proteção civil 59
4. A análise da Política Pública brasileira de proteção e defesa civil e suas potencialidades 66
   4.1. O FUNCAP e a ausência de regulamentação. . . . 76

CAPÍTULO 2 – A RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL POR DESASTRES 87

1. A omissão específica do estado frente aos objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil 95
2. Os desastres como hipótese de exoneração da responsabilidade civil estatal 108
3. A judicialização da política pública nacional de proteção e defesa civil. 111
   3.1. A litigância climática e a judicialização pós-desastre 125
   3.2. O aluguel social, a liberação emergencial do saque de fundo de garantia como medidas alternativas ao litígio pós-desastres 128

CAPÍTULO 3 – OS INSTRUMENTOS COMPENSATÓRIOS E A POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 137
1. Os fundos compensatórios, conceitos e fundamentos 138
1.1. A diferença entre fundos compensatórios e fundos garantidores. 161
1.2. O FUNCAP e a sua subutilização. 170
1.3. A experiência do México e FONDEN (*Fondo de Desastres Naturales*) 176
1.4. O risco moral da administração dos fundos compensatórios e o controle externo dos recursos aportados 182
2. Os títulos catastróficos do mercado de capitais e o papel do Banco Mundial 190
2.1. A experiência do Chile 192
2.2. A experiência dos títulos catastróficos para o México 195
2.3. O tratamento comparado das tragédias climáticas na América Latina, na Ásia e na Oceania 197
3. Os investimentos ligados a seguros ILS 199
3.1. A estrutura de ILS no Brasil 204
4. Os seguros para eventos extremos 214
4.1. A experiência do NFIP dos Estados Unidos 215
4.2. A experiência inglesa e o *FloodRe* 216
4.3. O projeto de Lei 1.410 de 2022 – o caso brasileiro . 220
4.4. O seguro rural e a proteção às tragédias na produção agrícola 225
4.5. As cooperativas de seguros e a cobertura dos riscos residuais 228

CONCLUSÃO 231

REFERÊNCIAS 241